



ESTADO DO TOCANTINS
PODER LEGISLATIVO

9ª Legislatura, 1ª Sessão Legislativa

3 de abril de 2019

Ata da Vigésima Oitava Sessão Ordinária

Às nove horas do dia três do mês de abril do ano de dois mil e dezanove, reuniram-se as Senhoras e os Senhores Deputados, no Plenário desta Casa de Leis, nesta Capital, em Sessão Ordinária, presidida pelo Senhor Deputado Antonio Andrade, secretariado pela Senhora Deputada Vanda Monteiro, Primeira-Secretária e Ricardo Ayres, Segundo-Secretário. Sob a proteção de Deus, havendo número legal e em nome do povo tocantinense, o Senhor Presidente declarou aberta a Sessão, com a presença dos Senhores Deputados Amélio Cayres, Cleiton Cardoso, Eduardo Siqueira Campos, Elenil da Penha, Fabion Gomes, Issam Saado, Ivory de Lira, Nilton Franco, Professor Júnior Geo, Ricardo Ayres, Valdemar Júnior, Vilmar de Oliveira, Zé Roberto Lula e das Senhoras Deputadas Amália Santana, Claudia Lelis, Luana Ribeiro, Valderez Castelo Branco e Vanda Monteiro. Estavam ausentes os Senhores Deputados Eduardo do Dertins, Jair Farias, Jorge Frederico, Léo Barbosa e Olyntho Neto. Após a leitura do



ESTADO DO TOCANTINS PODER LEGISLATIVO

Texto Bíblico, o Senhor Presidente, com aquiescência do Plenário, transferiu a deliberação das Atas das Sessões anteriores para a Sessão subsequente. Em seguida, foram lidos e despachados os Expedientes: Mensagem número 21/2019, encaminhando a Medida Provisória número 6, de 29 de março de 2019, que dispõe sobre a contratação de pessoal, por tempo determinado, para atender a necessidade temporária de excepcional interesse público, nos termos do inciso IX do art. 37 da Constituição Federal, e adota outras providências”; Projeto de Lei número 73/2019, de autoria da Senhora Deputada Vanda Monteiro, que “dispõe sobre a adoção de medidas por parte do Poder Executivo que priorizem o atendimento da mulher vítima de violência, como beneficiária dos programas habitacionais do Estado, e dá outras providências”; Projeto de Lei número 74/2019, de autoria da Senhora Deputada Vanda Monteiro, que “dispõe sobre a isenção da taxa do pátio de depósito de veículos apreendidos, no âmbito do Estado do Tocantins, e dá outras providências”; Projeto de Lei número 75/2019, de autoria da Senhora Deputada Vanda Monteiro, que “institui no Estado do Tocantins, a Semana de Combate à Violência e ao Abuso Sexual contra Crianças e Adolescentes, e dá outras providências”; Ofícios oriundos da Fundação Nacional de Saúde – Funasa, encaminhando documentos referentes a Termos de Convênios firmados entre esta Fundação e o Estado do



ESTADO DO TOCANTINS PODER LEGISLATIVO

Tocantins, cujo objeto é “Sistema de abastecimento de água em áreas rurais”; Ofício oriundo da Secretaria Executiva da Governadoria, em resposta a Requerimentos de autoria da Senhora Deputada Valderez Castelo Branco; Ofício oriundo da Secretaria Executiva da Governadoria, em resposta a Requerimento de autoria da Senhora Deputada Vanda Monteiro; e Ofícios oriundos da Secretaria Executiva da Governadoria, em resposta a Requerimentos de autoria da Senhora Deputada Claudia Lelis. Na Apresentação de Matérias, foram entregues os Projetos de Lei que receberam os números 92, 94 e 108/2019, de autoria da Senhora Deputada Vanda Monteiro; 93/2019, de autoria da Senhora Deputada Claudia Lelis; 109/2019, de autoria do Senhor Deputado Ricardo Ayres; 111/2019, de autoria do Senhor Deputado Elenil da Penha; e os Requerimentos que receberam os números 603 e 604. Logo após, foi aprovada a urgência do Projeto de Lei que recebeu o número 84/2019, de autoria da Senhora Deputada Vanda Monteiro. No horário destinado às Comunicações, usaram a tribuna os Senhores Deputados Professor Júnior Geo e Fabion Gomes. Na deliberação da Ordem do Dia, foi anunciada em turno único de discussão e votação, a Medida Provisória número 6/2018, de autoria do Senhor Governador do Estado, que “altera o art. 1º-A da Lei número 1.303, de 20 de março de 2002, que reduz a base de cálculo, concede isenção e



ESTADO DO TOCANTINS
PODER LEGISLATIVO

crédito presumido de ICMS nas operações que especifica”, que deu origem ao Processo número 2/2019, a qual, votada, foi aprovada. E o Presidente da Assembleia Legislativa do Estado do Tocantins promulga a Lei de 3 de abril de 2019. À Secretaria para comunicar a autoridade competente. Foram anunciados, em primeira fase de discussão e votação, os Projetos de Lei números: 21/2018, de autoria do Senhor Governador do Estado, que “altera a Lei número 2.808, de 12 de dezembro de 2013, modificativa das Leis números 1.545, de 30 de dezembro de 2004, 1.654, de 6 de janeiro, e 2.314, de 30 de março de 2010”, que deu origem ao Processo número 1/2019; 1/2019, de autoria do Ministério Público do Estado, que “dispõe sobre a estrutura organizacional dos órgãos e serviços auxiliares de apoio administrativo do Ministério Público do Estado do Tocantins, e adota outras providências”, que deu origem ao Processo número 19/2019; 1/2019, de autoria do Tribunal de Contas do Estado, que “altera a Lei número 1.284, de 17 de dezembro de 2001, na parte que dispõe sobre os recursos do Fundo de Aperfeiçoamento Profissional e Reequipamento Técnico do TCE”, que deu origem ao Processo número 14/2019; 54/2019, de autoria do Senhor Deputado Ricardo Ayres, que “concede Título de Cidadão Tocantinense ao desembargador Hélvecio de Brito maia Neto”, que deu origem ao Processo 59/2019; os quais, votados, foram aprovados e encaminhados à segunda fase de



ESTADO DO TOCANTINS
PODER LEGISLATIVO

discussão e votação. Foi anunciado, em primeira fase de discussão e votação, o Projeto de Lei Complementar número 2/2018, que “altera a Lei Complementar número 51, de 2 de janeiro de 2008, que institui a Lei Orgânica do Ministério Público do Estado do Tocantins, e dá outras providências”, que deu origem ao Processo número 143/2018; o qual, votado, nominalmente, foi aprovado com dezessete votos sim, perfazendo um total de dezessete votantes, e encaminhado à segunda fase de discussão e votação. Foram anunciados, em fase única de discussão e votação, os Requerimentos números: 559, 560, 561, 575, 551, 553, 554, 555, 556, 557, 558, 562, 563, 564, 565, 566, 567, 568, 569, 570, 571 e 572, os quais votados, foram aprovados e encaminhados à Secretaria para providenciar. Não havendo oradores inscritos no horário destinado às Discussões Parlamentares, o Senhor Presidente encerrou a Sessão às onze horas e treze minutos, convocando Sessão Ordinária para dia e hora regimentais. Para constar, lavrou-se a presente Ata, que aprovada será assinada pela Comissão Executiva e encaminhada à publicação.

1º Secretário

Presidente

2º Secretário